



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria de Obras

PROJETO BÁSICO

Imóvel: 22º Batalhão de Polícia Militar - Benfica
Endereço: Linha Vermelha, Km 6, Via Expressa Pres. João Goulart - Bonsucesso
Município: Rio de Janeiro

Código do Imóvel: 09101079
Proposta: P142/2022 – Sistema Pleno
D142/2022 – Sistema Desonerado
Orçamento: P142.001/22 a P142.003/22 – Sistema Pleno
D142.001/22 a D142.003/22 – Sistema Desonerado
Orçamentista(s): Alvaro Alves de Abreu

Natureza dos Serviços: Execução de reforma parcial do rancho/refeitório e alojamentos do 22º Batalhão de Polícia Militar

1. INTRODUÇÃO:

O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer o escopo, as diretrizes, as especificações técnicas e os padrões exigidos para a contratação a ser realizada pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP-RJ, para a **Execução de reforma parcial do rancho/refeitório e alojamentos do 22º Batalhão de Polícia Militar**, localizada na Linha Vermelha, Km 6, Via Expressa Pres. João Goulart - Bonsucesso, no Município do Rio de Janeiro.

1.1 REGIME DE CONTRATAÇÃO:

Não vislumbramos óbices impeditivos à adoção de Regime de Contratação de **Empreitada por Preço Unitário**, na modalidade **Pregão Eletrônico**, tendo em vista que o objeto engloba a execução de serviços comuns de engenharia, conforme previsto no art. 42, inc. V, e do art. 43, inc. V, da Lei nº 13.303/2016.

2. OBJETO:

O objeto do Termo de Referência é a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia, para a **Execução de reforma parcial do rancho/refeitório e alojamentos do 22º Batalhão de Polícia Militar**, localizado no endereço mencionado anteriormente, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, do Edital de Licitação e de seus anexos.

3. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:

O objeto do Termo de Referência, localiza-se em uma via expressa do Município do Rio de Janeiro, no bairro de Bonsucesso, o qual é utilizado como base militar para a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

O imóvel possui 2 (dois) blocos de edificações, compostos somente por um pavimento (Térreo). Sua estrutura é do tipo convencional, com vedação em blocos de concreto e seu telhado em telhas de fibrocimento embutida.

Por se tratar de um imóvel antigo e de uso recorrente, o mesmo apresenta desgaste em seus acabamentos, instalações e aparelhos, o que ocasiona prejuízo e insalubridade ao seu funcionamento, bem como aos usuários do local.

4. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO:

O imóvel necessita de intervenções na cozinha e refeitório do rancho, nos alojamentos, nos banheiros, no telhado e muros laterais, para que haja a recuperação de seu estado de conservação resultando numa melhoria na adequação dos seus espaços físicos internos, e possibilitando um considerável incremento no aspecto qualitativo da convivência dos Policiais nestes locais e, consequentemente, proporcionando maior segurança e conforto para os usuários do Batalhão, bem como um relevante incremento no tocante à salubridade dos espaços físicos a serem reformados.

5. ESCOPO DOS SERVIÇOS:

Abaixo segue a descrição básica dos serviços solicitados e contemplados no Termo de Referência para a **Execução de reforma parcial do rancho/refeitório e alojamentos do 22º Batalhão de Polícia Militar**, e elencados nos Orçamentos P142/22, Sistema Pleno, e D142/22, Sistema Desonerado, e são, resumidamente, os que se seguem:

Principais Serviços a Executar

- Substituição e/ou recomposição do piso dos alojamentos, rancho e banheiros;
- Substituição parcial da estrutura do piso (barrote) do alojamento;
- Reparo e substituição de forros nos alojamentos;
- Pintura de tetos e paredes internas;
- Revestimentos em argamassa internos;
- Impermeabilização com utilização de manta asfáltica;
- Recuperação de esquadrias de madeira, alumínio e ferro, incluindo a recolocação de vidros e posterior pintura;
- Revisão e/ou recolocação de ferragens nas esquadrias;
- Pintura geral de paredes e tetos;
- Substituição de aparelhos hidráulicos e de componentes hidrossanitários nos banheiros;
- Substituição de luminárias nos alojamento, rancho e banheiros;
- Revisão do piso das varandas.
- Revisão geral das instalações elétricas;
- Instalação de equipamentos de ar condicionado tipo Split;
- Revisão geral dos quadros de distribuição de energia elétrica, incluindo componentes;
- Colocação de bancas de granito.

Para a realização dos serviços objeto do Termo de Referência, deverá ser consultado o seguinte elemento técnico:

1. Este Termo de Referência;

Observações:

1. A medição dos itens constantes dos Orçamentos P142.003/22 e D142.003/22 (Encargos Complementares), referindo-se, respectivamente, aos Sistemas Pleno e Desonerado, deverá ter seus quantitativos determinados após apropriação e comprovação da mão-de-obra empregada na execução dos serviços;
2. O item de “Administração Local”, previsto no código 01.090.0687-6 do Orçamento P142.001/22 (Sistema Pleno) e no código 01.090.0687-G do Orçamento D142.001/22 (Sistema Desonerado), será pago com a quantidade que expressar o percentual mensal de serviços executados, que poderá ser consultado nos referidos Orçamentos.

6. REFERÊNCIAS:

As Leis, Normas, Atos e demais documentos a seguir relacionados deverão ser rigorosamente observados, sem prejuízo de outros ordenamentos da Legislação Nacional:

- Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 – Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Decreto nº 46.188, de 06 de dezembro de 2017 – Regulamenta, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;
- Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ, de 02 de outubro de 2018;
- Decreto nº 46.642, de 17 de abril de 2019 – Regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

7. CRONOGRAMA PRAZO DE EXECUÇÃO:

Os serviços constantes no Termo de Referência deverão ser executados no prazo de **150 (cento e cinquenta) dias**, respeitando-se o cronograma físico-financeiro do anexo.

8. MÊS DE REFERÊNCIA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

A Planilha Orçamentária a que se refere o Termo de Referência tem como data base o mês de **julho de 2022**.

9. REAJUSTAMENTO:

Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data base da assinatura do Contrato, poderá a Contratada fazer jus a atualização (reajustamento) dos serviços ainda não pagos. Essa atualização será realizada através do índice geral da construção civil, código 05.100 constante no Boletim Mensal de Custos da EMOP, de acordo com a fórmula a seguir:

Onde: $PR = (I / I_o) \times P_o$

PR = Preço Unitário após o reajustamento estabelecido.

I_o = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (índice geral da construção civil) relativo ao mês da apresentação da proposta da contratada.

I = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (índice geral da construção civil) relativo ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a data da assinatura do contrato.

P_o = Valor unitário constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela empresa Licitante.

Observações:

A prorrogação de prazos a pedido da CONTRATADA, e sem culpa ou responsabilidade por parte da CONTRATANTE, não enseja reajuste ou correção.

10. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO:

1. A medição será executada, mensalmente, após a aferição da realização das etapas e serviços;
2. O cronograma de desembolso e os prazos de execução serão estabelecidos no instrumento contratual;
3. Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento, os serviços efetivamente executados pela CONTRATADA, em conformidade com o Termo de Referência;
4. A CONTRATANTE só deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela CONTRATADA, com base nos serviços aprovados pela Equipe de Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no Termo de Referência;
5. Os pagamentos das faturas estão condicionados à análise e aprovação pela Fiscalização dos produtos apresentados.

10.1. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA:

Cabe ao proponente estabelecer o percentual de ISS compatível com a Legislação Tributária do Município, onde serão prestados os serviços previstos para a obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo. O percentual de BDI apresentado pelas empresas licitantes deve apresentar 2 (duas) casas decimais, tendo em vista uma desejável precisão dos preços oferecidos.

11. FISCALIZAÇÃO:

A Fiscalização deverá adotar as providências para que a CONTRATADA cumpra todas as suas obrigações. No Diário de Obras, em formato físico ou digital, fornecido pela CONTRATANTE, deve ser mantido atualizado e à disposição da Fiscalização, a qual deverá anotar:

1. o atestado da veracidade dos registros efetuados pela CONTRATADA;
2. o juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
3. as observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA;
4. as respostas às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA;
5. as restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
6. a determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
7. outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de Fiscalização;
8. ao final da obra, o Diário de Obras referido será de propriedade da CONTRATANTE.

A Fiscalização deverá executar, mensalmente, a medição dos serviços, baseada no relatório apresentado pela CONTRATADA.

12. GARANTIA:

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, na data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5% (cinco por cento), a ser prestada em qualquer das modalidades previstas no artigo 70 da Lei nº 13.303/2016.

13. SUBCONTRATAÇÃO, ADMISSÃO DE CONSÓRCIO E PARCELAMENTO DO OBJETO:**13.1 SUBCONTRATAÇÃO:**

Não será permitida a subcontratação de serviços, em função das especificidades técnicas e os reduzidos quantitativos previstos.

13.2 ADMISSÃO DE CONSÓRCIO:

Considerando a natureza dos serviços, em função de suas especificidades técnicas, fica VEDADA a admissão de consórcio.

13.3 PARCELAMENTO DO OBJETO:

Considerando a natureza dos serviços previstos para o objeto do Termo de Referência, a atuação concomitante de mais de uma empresa contratada no local da obra, inviabilizaria o planejamento executivo das empresas. Diferentes logísticas executivas poderiam acarretar transtornos ao desenvolvimento do objeto como um todo, uma vez que os serviços previstos possuem vinculação executiva, como também poderão resultar no aumento proporcional do orçamento da obra. Portanto, não cabe nesta obra o parcelamento dos seus serviços.

14. CAPACIDADE TÉCNICA:

A CONTRATADA deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) com a descrição de ter realizado serviços de:

- Execução de reforma em edificação, incluindo instalações elétricas e hidrossanitárias, telhados e serviços de impermeabilização com mínimo 700,00 m² (setecentos) de área construída;
- Execução de forros estruturados monolíticos com placas de gesso acartonado com mínimo 327,00 (trezentos e vinte e sete) m² de área.

As quantidades acima constituem-se em limites mínimos, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos do(s) item(ns) de maior relevância técnica ou economicamente relevantes, em conformidade como previsto no item II do Art.58 da Lei nº 13.303/2016 e em alinhamento com o Acórdão 1771/2007 do TCU.

15. QUADRO DE INSTALAÇÕES/APARELHAMENTO/PESSOAL TÉCNICO:

A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra e equipamentos para a execução dos serviços especificados, estendidas também às atividades complementares, mesmo que não indicadas no Termo de Referência e que poderão ser autorizadas pela Fiscalização.

Os serviços objeto do Termo de Referência serão executados sob a direção e responsabilidade técnica de 01 (um(a)) Engenheiro(a), que estará à frente, primando pela qualidade e a boa técnica dos serviços, estando autorizado(a) a representar a CONTRATADA em suas relações com a CONTRATANTE.

A CONTRATADA se obriga a manter o(a) profissional indicado(a) como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local da(s) obra(s) até o seu final. A substituição do(a) Responsável Técnico poderá ser feita por outro(a) de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da CONTRATANTE.

16. SUSTENTABILIDADE:**16.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL:**

A CONTRATADA deverá providenciar o licenciamento ambiental, caso necessário, mantendo as condições originais.

16.2. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

A CONTRATADA deverá observar, dar ciência e cumprir todas as disposições contempladas no Decreto nº 43.629, de 05 de junho de 2012.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

1. Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no contrato;
2. Fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do Termo de Referência;
3. Exercer a gestão e a Fiscalização do contrato;
4. Receber provisória e definitivamente o objeto do Termo de Referência nas formas definidas no contrato

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1. **CONDUZIR A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE;**
2. Atender todas as especificações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta;
3. Executar o contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, mantendo durante em toda duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
4. Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos. Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;
5. Iniciar e concluir a obra nos prazos estipulados. Prestar, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela forem imputáveis;
6. Atender as determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE. Manter preposto no local da obra, para prover o que disser respeito a regular execução dos serviços;
7. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessários à completa realização das obras, até a sua entrega perfeita e integralmente concluída;
8. Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;
9. Responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras contratadas;
10. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade das obras e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básico e Executivo, quando houver, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a serem atestadas pela CONTRATANTE;
11. Responsabilizar-se durante todo o prazo de execução dos serviços pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis, com vistas a prevenir acidentes de quaisquer naturezas com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução de obras, serviços e/ou em decorrência deles;
12. Observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto nº 5.296, de 02/12/2004, e a NBR 9050;
13. Manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços e as obras executadas, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação Definitiva das Obras;
14. Não utilizar qualquer tipo de asbesto/amianto no objeto deste contrato ou de qualquer outro produto que contenha essa fibra, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 40.647, de 08/03/2007;
15. Proceder à matrícula da obra junto ao INSS, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, sendo o cumprimento desta obrigação condição para a liberação dos pagamentos;
16. Obriga-se a fornecer e instalar, no local de obras, placas indicativas, conforme padrão a ser fornecido pela Fiscalização, devendo, no canteiro de obras, prever sala para acomodação da Fiscalização da CONTRATANTE;
17. Obriga-se a apresentar no final da obra a CND do INSS relativo à obra;
18. Obriga-se a apresentar, a cada 3 (três) meses, prova de que:
 1. está pagando os salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
 2. anotou as Carteira de Trabalho e Previdência Social dos empregados vinculados à obra; e
 3. encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.
19. Registrar todos os seus empregados, previamente, junto à Fiscalização da CONTRATANTE, através de listagem escrita constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função;
20. Registrar o Contrato e a Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RJ e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/RJ, na forma da legislação pertinente, onde se observe a marcação do campo “declaro o cumprimento das normas da ABNT referentes à acessibilidade, em atendimento ao parágrafo 1º do art.11 do Decreto nº 5.296/2004”, constante no formulário disponibilizado pelo CREA-RJ;
21. Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/1991, em consonância com a Lei Estadual nº 7.258/2016;
22. Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública; caso a CONTRATADA ainda não tenha o Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantá-lo no prazo

de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente contrato, na formada Lei nº 7.753, de 17/10/2017;

23. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços objeto do Termo de Referência, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos. A CONTRATADA deverá providenciar “Projeto de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil”, de acordo com o estabelecido na Resolução nº 307, de 05 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA;
24. A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas que se fizerem necessárias para que a consecução dos serviços objeto do Termo de Referência não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;
25. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas cabíveis para a correção dos danos que eventualmente vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução dos serviços objeto do Termo de Referência;
26. A CONTRATADA deverá adotar as ações, como boas práticas na prestação de serviços, a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias, e também nas atividades empresariais, nos seguintes termos:
 1. otimização de recursos materiais;
 2. redução do desperdício de materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;
 3. destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias, incluindo coleta seletiva;
 4. observar o cumprimento das normas relativas à gestão de resíduos da construção civil.
27. A CONTRATADA deverá providenciar, quando for o caso, junto às concessionárias de serviços públicos, as ligações provisórias ou definitivas, e quaisquer outras medidas que se tornarem indispensáveis à execução do serviço e de sua entrega em definitivo;
28. A CONTRATADA deverá apresentar guia de recolhimento, devidamente quitada, da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RJ; e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/RJ, dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços objeto do Termo de Referência;
29. A CONTRATADA fornecerá e manterá, no local dos serviços, um Diário de Obras que será preferencialmente em formato digital e estará vinculado à respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme instituído pela Resolução CONFEA nº 1.094/2017. No Diário de Obras, ou documento equivalente, serão obrigatoriamente registrados, pela CONTRATADA:
 1. dados do empreendimento, de seu proprietário, do responsável técnico e da respectiva ART;
 2. as datas de início e de previsão da conclusão da obra ou serviço;
 3. as datas de início e de conclusão de cada etapa programada;
 4. os relatos de visitas do responsável técnico;
 5. o atual estágio de desenvolvimento do empreendimento no dia de cada visita técnica;
 6. orientação de execução, mediante a determinação de providências relevantes para o cumprimento dos projetos e especificações;
 7. acidentes e danos materiais ocorridos durante os trabalhos;
 8. nomes de empresas e prestadores de serviço contratados ou subcontratados, caracterizando seus encargos e as atividades, com as datas de início e conclusão, e números das ARTs respectivas, quando não houver restrição no Termo de Referência.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:

1. advertência;
2. multa administrativa;
3. suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública.

A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida, deverá ser considerado para a sua fixação. A imposição das penalidades é de competência exclusiva da CONTRATANTE.

A advertência e a multa, previstas nos itens "1" e "2" acima, serão impostas pelo Diretor da área, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP-RJ. A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista no item 3, acima, serão impostos pelo Diretor Presidente, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP-RJ.

Com referência a valores e forma de aplicação, serão pormenorizados em contrato. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e ampla defesa.

20. MATRIZ DE RISCO:

A Matriz de Risco do contrato originado do Termo de Referência deverá obedecer aos seguintes critérios:

Categoria de Risco	Descrição do Evento Causador do Risco	Consequência na Execução do Objeto	Medidas para Tratamento do Risco	Responsável pelo Tratamento do Risco
Operacional	Eventos naturais e outros, não controláveis ou imprevisíveis, que possam comprometer a execução dos serviços.	Aumento de custo e/ou atraso na execução do objeto.	Propor ações para lidar com as consequências desses eventos. Comunicar a SECRETARIA caso existam impactos no prazo e/ou custo.	EMOP-RJ E CONTRATADA
Operacional	Comunicação deficiente entre as partes.	Atraso na execução do objeto.	Definir reuniões periódicas visando manter a comunicação sobre o projeto, incluindo tratamento de dúvidas e resolução de conflitos.	EMOP-RJ E CONTRATADA
Operacional	Ambiente de trabalho inseguro, propiciando a ocorrência de acidentes.	Atraso na execução do objeto.	Adotar as medidas de segurança do trabalho previstas em contrato.	EMOP-RJ e CONTRATADA
Técnico	Falta ou atraso na mobilização de recursos humanos e/ou materiais por parte da contratada.	Atraso na execução do objeto.	Monitorar o avanço físico da obra. Sinalizar desvios e propor medidas corretivas tempestivamente.	EMOP-RJ E CONTRATADA
Tempo e Qualidade	Falta de descentralização de crédito prevista	Atraso no cronograma da Obra. Paralisação da Obra.	Oficializar a SECRETARIA da necessidade urgente da descentralização de crédito. Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP-RJ
Tempo e Qualidade	Atraso ou falta de pagamento das faturas/notas fiscais de responsabilidade da SEFAZ.	Atraso no cronograma da Obra. Paralisação da Obra.	Oficializar a SEFAZ necessidade urgente de pagamento das faturas/notas fiscais de crédito. Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP-RJ E SECRETARIA
Tempo e Qualidade	Acidente de trabalho.	Atraso na execução dos serviços.	Treinamento da Mão-de-Obra, utilização de EPIs, organização do canteiro de obras.	CONTRATADA
Tempo e Qualidade	Fatos retardadores ou que impeçam a execução do Contrato, próprios de riscos ordinários da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento Empresarial.	CONTRATADA

NOTA 1: A definição do escopo, das especificações e quantitativos do Termo de Referência – TR é de responsabilidade dos profissionais que elaboraram os documentos inseridos no Processo: Relatórios e Minuta do referido TR elaborados pela DIROB/EMOP-RJ; orçamento elaborado pela DIROB/EMOP-RJ. A revisão é da DIROB/Coordenação/EMOP-RJ, sem adentrar em questão de ordem jurídica.

NOTA 2: Em anexo segue Acordo de Nível de Serviço – ANS.

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS**1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO é o acordo firmado entre o prestador de serviço e o cliente com a condição de que determinado serviço precisa atender para ser considerado satisfatório, estabelecendo critérios objetivos para medir a qualidade e desempenho, apurando consequências para o não cumprimento das condições estipuladas.

- 1.1) Fica estabelecido entre as partes o Acordo de Nível de Serviço – ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;
- 1.2) A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, explicitado **no item 4**, os valores apurados em decorrência de descumprimento dos itens indicados no Acordo de Níveis de Serviço – ANS serão objeto de glosa na fatura mensal da CONTRATADA, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;
- 1.3) As situações contempladas pelo Acordo de Nível de Serviço – ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas;
- 1.4) A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos e as metodologias de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

2. DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

2.1) Descrição dos Serviços:

O objeto do presente Acordo de Nível de Serviço – ANS é para a **Execução de reforma parcial do rancho/refeitório e alojamentos do 22º Batalhão de Polícia Militar**, localizada na Linha Vermelha, Km 6, Via Expressa Pres. João Goulart - Bonsucesso, no Município do Rio de Janeiro, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência, do Edital de Licitação e de seus anexos.

2.2) Objetivos:

O objetivo principal é a **Execução de reforma parcial do rancho/refeitório e alojamentos do 22º Batalhão de Polícia Militar**, portanto, o objetivo do Acordo de Nível de Serviço – ANS é a continuidade da prestação do serviço com qualidade e cumprimento dos prazos estabelecidos em contrato, evitando que haja perda da produção essencial à prestação do serviço à EMOP-RJ.

2.3) Análise de Desempenho do Serviço (Relatórios):

A CONTRATANTE, através desta contratação, objetiva a realização de intervenções na cozinha e refeitório do rancho, nos alojamentos, nos banheiros, no telhado e muros laterais, para que haja a recuperação de seu estado de conservação resultando numa melhoria na adequação dos seus espaços físicos internos, e possibilitando um considerável incremento no aspecto qualitativo da convivência dos Policiais nestes locais e, consequentemente, proporcionando maior segurança e conforto para os usuários do Batalhão, bem como um relevante incremento no tocante à salubridade dos espaços físicos a serem reformados.

2.4) Comunicação:

As comunicações entre a CONTRATADA e a EMOP-RJ poderão ser realizadas através de e-mail, por telefone, por via presencial, e as mais relevantes deverão ser registradas no Diário de Obras. A CONTRATADA deverá fornecer idênticos meios de contato à CONTRATANTE, isto é, através de e-mail, de telefone de contato ou, ainda, de forma presencial.

3. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DA CONTRATADA

3.1) Da Fiscalização do contrato:

3.1.1) O Fiscal do contrato designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços contratados, atuando junto ao preposto indicado pela CONTRATADA;

3.1.2) Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos;

3.1.3) A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato, ficando a critério da Fiscalização;

3.1.4) Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;

3.1.5) O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá registrar de pronto seu “visto” no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal do contrato:

3.1.5.1) O direito ao contraditório e ampla defesa será concedido à CONTRATADA através do registro pelo preposto da CONTRATADA, no próprio termo de notificação;

3.1.5.2) A contratada poderá apresentar justificativas para a prestação do serviço em menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle;

3.1.5.3) Será emitida, pela Fiscalização, decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da irregularidade.

3.1.6) Em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à apresentação da fatura mensal para atestação e pagamento, o Fiscal do contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação mensal do serviço;

3.1.7) A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CONTRATANTE os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviço – ANS;

3.1.8) O Fiscal do Contato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para atestação, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados;

3.1.9) Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do contrato juntará a esse documento os termos de notificação produzidos no período e os encaminhará para pagamento.

INDICADOR Nº1

Prazo para atendimento durante a execução do contrato.

Finalidade: garantir sanar não conformidades ou intercorrências dos serviços relativos à execução do objeto do contrato.

Critério de Medição: tempo decorrido entre a abertura da chamada efetuada por representante da CONTRATANTE e o seu atendimento.

Forma de Acompanhamento: através do registro da abertura do termo de notificação.

Periodicidade: semanal.

Mecanismo de Cálculo: Cada comunicação será registrada e valorada individualmente.

Critérios de pontuação do Indicador para atendimento às intercorrências	Pontos
Tempo até 6 horas	0
Tempo entre 6 horas (exclusive) e 12 horas (inclusive)	2
Tempo entre 12 horas (exclusive) e 18 horas (inclusive)	4
Tempo superior a 18 horas	6

Critérios de pontuação do Indicador para atendimento das não conformidades	Pontos
Tempo até 3 dias	0
Tempo entre 3 dias(exclusive) e 6 dias (inclusive)	2
Tempo entre 6 dias (exclusive) e 9 dias (inclusive)	4
Tempo superior a 9 dias	6

INDICADOR Nº 2

Para os seguintes itens	Pontos
Manter, em serviço, empregado sem uniforme e/ou identificação, por empregado e por dia.	1
Permitir que o empregado apresente-se com uniforme sujo, rasgado ou em condições inadequadas de uso, por empregado e por dia.	1
Deixar de executar qualquer tarefa constante das obrigações pactuadas ou previstas em lei, para as quais não se comine outra penalidade.	4
Deixar de credenciar junto à CONTRATANTE um representante para prestar esclarecimentos e atender, prontamente, a todas as chamadas necessárias para boa execução do contrato.	2
Atrasar na implantação de medidas corretivas exigidas pelo Fiscal do contrato ou na execução de outras obrigações contratuais, por dia.	1
Deixar de fornecer a relação nominal dos empregados em serviço, por dia.	1
Atrasar o pagamento dos salários ou acréscimos salariais decorrentes de lei, contrato ou dissídio, por dia.	1
Não fornecer vale-transporte em dia a seus empregados, por dia.	1

4. DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

4.1) A faixa de ajuste no pagamento será definida:

4.1.1) Soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período multiplicado por 0,5% (zero vírgula cinco por cento). O desconto calculado será aplicado sobre o valor total da fatura mensal, até o máximo de 12% (doze por cento) no período, conforme exemplo a seguir:

01 ponto	Desconto de 0,5% sobre o valor total da fatura mensal
02 pontos	Desconto de 1,0% sobre o valor total da fatura mensal
03 pontos	Desconto de 1,5% sobre o valor total da fatura mensal
04 pontos	Desconto de 2,0% sobre o valor total da fatura mensal
05 pontos	Desconto de 2,5% sobre o valor total da fatura mensal
	E, assim por diante, até o máximo de 12%

Observação: Nos casos de inviabilidade de glosa, o recolhimento da importância devida ocorrerá mediante pagamento de Guia de Recolhimento do Estado do Rio de Janeiro no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados a partir da emissão da GRERJ.

ANEXO A - TERMO DE NOTIFICAÇÃO (ANS)

Cumprimento da Ordem de Serviço		
Nº _____	Data ____ / ____ / ____	Horas: _____
Tipo	Intercorrência <input type="checkbox"/> Não conformidade <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/>	

Comunicação	Diário de obras <input type="checkbox"/> E-mail <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/>		
Data da Solicitação	Data: ____/____/____ Hora: _____		
Início do Atendimento	Data: ____/____/____ Hora: _____		
Término do Atendimento	Data: ____/____/____ Hora: _____		
Solicitação			
Observação da CONTRATADA			
Indicador do atendimento	Pontos		
Mecanismo de cálculo	Cada Ordem de Serviço será valorada individualmente		
Início da vigência	Data do início da vigência contratual		
Sanções	Desconto sobre o valor total da fatura mensal		
<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%; height: 80px; vertical-align: bottom;">Assinatura da CONTRATANTE</td> <td style="width: 50%; height: 80px; vertical-align: bottom;">Assinatura da CONTRATADA</td> </tr> </table>		Assinatura da CONTRATANTE	Assinatura da CONTRATADA
Assinatura da CONTRATANTE	Assinatura da CONTRATADA		

Rio de Janeiro, 06 setembro de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Marques Fabiano Alves, Assessor**, em 06/09/2022, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6](#), informando o código verificador **39087991** e o código CRC **2F9C55D6**.

Referência: Processo nº SEI-170002/000972/2022

SEI nº 39087991

Campo de São Cristóvão, 138, - Bairro São Cristovão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20921-440
Telefone: